

BIBLIOTECAS PÚBLICAS INFANTIS: HISTÓRIAS DE ONTEM E HOJE

Rafaela VilelaDoutora em Educação (UFRJ). Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
rafalouise@gmail.com.<https://orcid.org/0000-0003-2761-6385>

RESUMO

O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado e busca discutir a biblioteca pública para infância. Em diálogo com o contexto político nacional, lança-se luz e foco para dois projetos de livro e leitura: a Biblioteca Infantil do Distrito Federal e a Biblioteca Parque da Rocinha. O primeiro projeto foi idealizado e fundado por Cecília Meireles, em 1934, e configura-se como a primeira biblioteca pública infantil do Brasil. O segundo projeto, inaugurado em 2012, nasce como um centro cultural que privilegia a leitura em diferentes suportes. Espaços que surgem em diferentes contextos históricos, mas que se destacam pela concepção inovadora de biblioteca ao possibilitarem o encontro com a palavra escrita, o teatro, a mídia audiovisual e eletrônica. Equipamentos culturais desejados, mas nem sempre acessíveis às classes populares.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Infância. Livro e leitura.

CHILDREN'S PUBLIC LIBRARIES: STORIES OF YESTERDAY AND TODAY

ABSTRACT

This article presents part of the results of a master's research and seeks to discuss the public library for children. In dialogue with the national political context, light and focus are shed on two book and reading projects: the Children's Library of the Federal District and the Parque da Rocinha Library. The first project was conceived and founded by Cecília Meireles in 1934 and is the first public children's library in Brazil. The second project, opened in 2012, was born as a cultural center that favors reading in different media. Spaces that emerge in different historical contexts, but that stand out for the innovative conception of the library when allowing the encounter with the written word, the theater, the audiovisual and electronic media. Desired cultural facilities, but not always accessible to the popular classes.

Keywords: Public Library. Childhood. Book and Reading.

Recebido em: 29/09/2020

Aceito em: 03/02/2021

Publicado em: 12/07/2021

1 INTRODUÇÃO

Leitor, é hora de sua agitada navegação encontrar um ancoradouro. Que porto pode acolhê-lo com maior segurança que uma grande biblioteca? Certamente haverá uma na cidade da qual partiu e à qual retorna depois de uma volta ao mundo de um livro a outro.
ITALO CALVINO (1999, p.185)

Através de delicada narrativa, Calvino descreve o espaço da biblioteca como um ancoradouro para a navegação cotidiana da vida. Espaço edificado para a reunião de escritos e de memórias, no qual podemos acessar não só livros e saberes, mas também a nossa história. Uma história coletiva, composta, que permite pausa para o encontro consigo e com o outro.

O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado e busca discutir a biblioteca pública para infância a partir da análise de dois projetos de livro e leitura: a Biblioteca Infantil do Distrito Federal, a primeira biblioteca pública infantil brasileira, idealizada e fundada por Cecília Meireles em 1934, e a Biblioteca Parque da Rocinha, uma biblioteca pública com uma concepção que privilegia a leitura em diferentes suportes e que se abre enquanto centro cultural em 2012.

O texto foi organizado em quatro tópicos. Primeiramente, discute as relações que as crianças estabelecem com a cidade. Em seguida, reflete sobre a biblioteca para infância em diálogo com o contexto político nacional. O terceiro tópico apresenta a Biblioteca Infantil do Distrito Federal e a Biblioteca Parque da Rocinha, dois espaços de cultura separados por uma história de quase oito décadas. Por fim, aponta considerações sobre a biblioteca pública para as crianças pequenas em nosso país.

2 CRIANÇA E CIDADE: A LEITURA EM UM ESPAÇO CULTURAL

Discutir a leitura em um espaço cultural significa entrelaçar livro, criança e cidade. Que espaços as cidades oferecem às crianças? Lima (1989), citando a historiadora francesa Arlette Farge, aponta que, até o século XVIII, a rua exercia um importante papel na vida da população, sendo considerada território de todos: pobres e ricos, adultos e crianças. A autora destaca que, até o período industrial, para um grande grupo da população operária, as ruas, mais do que as casas, eram espaços de encontro.

Com o passar do tempo, a sociedade passou a repreender manifestações no espaço público e instaurar uma nova ordem urbana que coibia os grupos de utilizar as ruas para reuniões e festivais populares. A ideia de tumulto conectava-se, de forma direta, à desconfiança da classe burguesa em relação ao risco das multidões presentes nas áreas industriais. Assim, a rua passa a ganhar uma conotação de perigo e sua função torna-se mais limitada, servindo, principalmente, à circulação e à passagem de pessoas.

Essa relação com o espaço urbano, aliada ao afastamento entre adultos e crianças devido à organização do trabalho no mundo atual, teve como resultado o confinamento de crianças “dentro de espaços igualmente especializados e com tempos programados” (LIMA, 1989, p.92). Nesse sentido, os espaços públicos de convivência para as crianças começaram a ser cada vez mais restritos e, em nome da segurança e da necessidade moderna, as moradias e as escolas passaram a assumir o lugar de interação mais frequente e usual.

Perrotti (1990) aponta que esse confinamento alterou estruturalmente o modo como as crianças produzem e se relacionam com a cultura e com o mundo. Na medida em que as relações sociais foram sendo progressivamente transferidas do espaço público para o privado, perdeu-se grande parte da tensão entre os conceitos de diversidade/uniformidade e autonomia/controlado. Um cenário que acaba por estabelecer uma cultura uniformizada e controlada pela lógica social contemporânea, que anseia – seja por medo, precaução ou necessidade – espaços especializados para cuidar e educar as crianças por períodos cada vez mais prolongados.

Por entender que o espaço é “a moldura, sobre a qual as sensações se revelam e produzem marcas profundas que permanecem, mesmo quando as pessoas deixam de ser crianças”, Lima (1989, p.13) aponta a necessidade de repensar os espaços destinados às crianças em nossa sociedade. Espaços que possibilitem a diversidade de encontros e a autonomia de escolha, visto que

para reconstruir a unidade das relações afetivas, psíquicas e cognitivas que lhe assegure simultaneamente a individualidade e a socialização, a criança terá de encontrar nas novas condições urbanas aqueles espaços permeáveis onde seja possível o jogo e a brincadeira que envolvam os companheiros da mesma idade e observar o mundo adulto (LIMA, 1989, p.92).

Poucos são os espaços construídos para as crianças nas grandes cidades. A escola, cada vez mais, desponta como um dos principais espaços coletivos para meninos e meninas vivenciarem a expressão cultural. Nesse sentido, cabe questionar: que outros espaços culturais são oferecidos às crianças nas cidades modernas? Que espaços promovem o encontro, a escuta, a criatividade? Por compreender que as bibliotecas narram a história de um povo e atuam como importantes centros de produção e circulação de conhecimentos e saberes, poderiam elas oferecer às crianças os espaços permeáveis para o jogo e a brincadeira?

3 BIBLIOTECA PÚBLICA: DESAFIOS E QUESTÕES

Ao longo das últimas duas décadas, acompanhamos a implementação de políticas que buscam aumentar a circulação da informação e, com isso, democratizar a leitura. Dentre elas, destacam-se: o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) e o Plano Nacional de Cultura (PNC).

Criado em 2006, o Plano Nacional de Livro e Leitura tem como objetivo promover livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil. Construído em debate com a sociedade, ele articulou os ministérios da Cultura e da Educação na busca pela democratização da leitura. O PNLL foi organizado em quatro eixos estratégicos: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e desenvolvimento da economia do livro, articulando as três dimensões estabelecidas pelo plano: simbólica, cidadã e econômica. De acordo com o seu documento base, o objetivo “é alcançar em longo prazo e com ação contínua e estrategicamente coerente, a fruição dos livros em todos os seus suportes técnicos, do prazer da literatura e da democratização do acesso à leitura” (BRASIL, 2006, p.15).

No contexto do PNLL, as bibliotecas passam a ganhar um status de polo difusor de conhecimento, reconhecidas enquanto dínamo cultural:

A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações (BRASIL, 2006).

O Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, também desponta nesse contexto. Por meio de debates e espaços para discutir os caminhos da cultura em nosso país, o governo, em diálogo com a sociedade, criou uma série de metas para a década que se encerra agora, em 2020.

O plano tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira. Para isso, estrutura-se em três dimensões complementares: a cultura como expressão simbólica; como direito de cidadania; e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Essas dimensões, por sua vez, desdobram-se em 53 metas. Dentre elas, destaca-se a preocupação em ampliar o acesso à produção e à fruição da cultura em todo o território.

O PNC, por entender a biblioteca pública como “espaço fundamental de informação, de memória literária, da língua e do design gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural (BRASIL, 2010)”, propõe a criação de ao menos uma biblioteca pública

em cada município brasileiro, com equipamentos, acervo e funcionários capazes de garantir seu adequado funcionamento.

O aumento do número de bibliotecas é, sem dúvidas, um importante passo para a difusão da cultura e do conhecimento. Failla (2012), entretanto, aponta que não bastam apenas investimentos para a construção dos espaços físicos. Há urgência de instaurarmos um debate que se proponha a rever os modelos de biblioteca no país.

Se a biblioteca é vista para estudar, é preciso mudar sua cara para mostrar que pode ser um equipamento cultural voltado para toda a comunidade. Isso somente será possível se ela for transformada de fato, passando a oferecer atividades convidativas à população local (...). Esse novo modelo exige não somente acervos, mas pessoas capacitadas para serem mediadoras de leitura e, também, abertas a identificar e organizar eventos, exposições, narração de histórias (...). Outra mudança fundamental: estar aberta em finais de semana e em horários que possibilitem a visita de todos os moradores da comunidade (FAILLA, 2012, p.49).

Nessa linha, Castrillón (2011, p.36) defende que as bibliotecas sejam concebidas como espaços de encontro, “(...) bibliotecas onde crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas”. Nesse sentido, a autora destaca a necessidade de a leitura ser pensada e analisada pelo viés “da sobrevivência imediata, da defesa dos direitos, da possibilidade de participação consciente nos destinos de sua comunidade e no do futuro do pensamento, do pensamento divergente e reflexivo” (idem, p.95), pois crianças e adultos “necessitam de tempo para a leitura, para a reflexão e para o debate, mais tempo para o pensamento e menos para a ação” (idem, p.25).

A biblioteca pode, além de um espaço público de cultura, ser também esse lugar para o exercício do pensamento? Para responder à questão, trago, a seguir, luz e foco para dois projetos de livro e leitura: a Biblioteca Infantil do Distrito Federal, idealizada por Cecília Meireles, em 1934, e a Biblioteca Parque da Rocinha, centro cultural que privilegia a leitura em diferentes suportes, inaugurada em 2012. Espaços que surgem em diferentes contextos históricos e que apresentam ambientes que despertam encontros com a palavra escrita, com o teatro, com a mídia audiovisual e eletrônica – equipamentos culturais desejados, mas nem sempre acessíveis às classes populares.

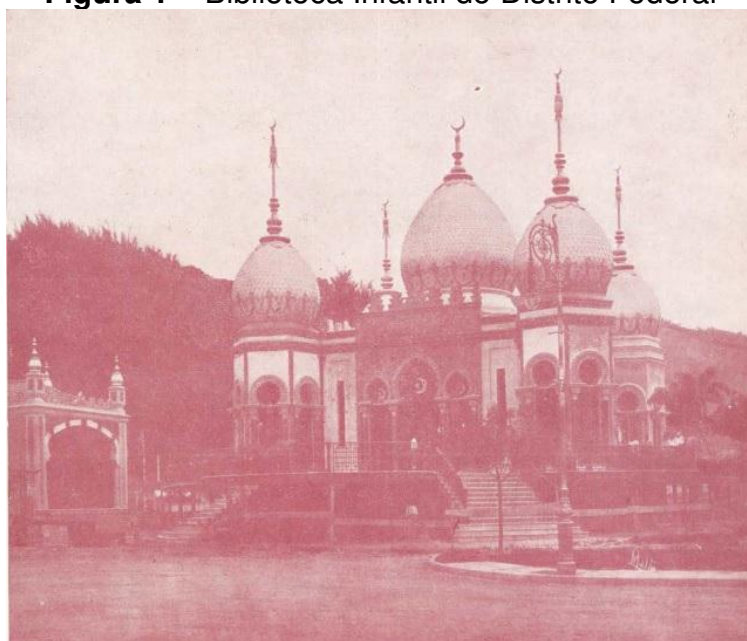
4 BIBLIOTECAS PARA A INFÂNCIA: HISTÓRIAS DE ONTEM E HOJE

Parece estranho afirmar que a Biblioteca Infantil do Distrito Federal, conhecida também como Pavilhão Mourisco, seja, ainda hoje, uma ideia inovadora no Brasil. Inovadora porque, mesmo depois de oito décadas, grande parte das bibliotecas continua sendo sinônimo de edifícios para guarda de livros.

Escritora, poetisa, educadora, professora, jornalista, pesquisadora. Muitas foram as faces de Cecília Meireles e todas transbordavam fortemente seus ideais de uma educação que trazia como marca o respeito pela criança. Postura apreciada pelo amigo Anísio Teixeira que, ao ser designado para a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, em 1931, convidou Cecília, três anos depois, para criar e organizar a primeira biblioteca infantil pública do Brasil.

Considerado como “um dos projetos mais ambiciosos da reforma anisiana e um espaço onde Cecília Meireles pôde desenvolver sua criatividade e seu empenho em favor da literatura infantil” (PIMENTA, 2001, p.105), a Biblioteca Infantil do Distrito Federal foi inaugurada em agosto de 1934. Instalada no Pavilhão Mourisco, ficava localizada no final da avenida Beira Mar – atual enseada de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Parte do projeto de remodelação da cidade, durante o governo de Pereira Passos, o Pavilhão projetado pelo arquiteto Burnier foi criado para funcionar enquanto café-concerto, sendo muito frequentado pela sociedade carioca do início do século XX.

Figura 1 – Biblioteca Infantil do Distrito Federal



Fonte: Dunlop (1907)

A biblioteca era composta por nove sessões: livros, gravuras, cartografia, recortes, selos e moedas, música e cinema, atividades artísticas, propaganda e publicidade e pesquisa. Como ultrapassava os objetivos de uma simples biblioteca, pois oferecia, além de livros, atividades culturais como cinema, música e cartografia, o Pavilhão Mourisco logo se transformou num Centro de Cultura Infantil.

Para Cecília Meireles, a biblioteca não seria “uma simples reserva de livros catalogados e dados a ler às crianças” (Diário da Noite, 15/08/1934), mas um local de encantamento e de pesquisa, “um órgão cooperador da educação primária” (A Noite, 17/05/1934). “Vamos mudar o nome. Biblioteca diz muito pouco das proporções a que vai atingir a esfera de ação desse departamento. Acho que iremos denominar ‘Centro de Cultura Infantil’. Aqui vai ser o Bureau da Criança, digamos assim” (O Globo, 15/08/1934). (PIMENTA, 2001, p.106).

Inspirado na arquitetura do prédio, o marido de Cecília Meireles, o artista plástico Fernando Correia Dias, criou um cenário das Mil e Uma Noites, espalhando fascínio e fantasia por todos os ambientes da biblioteca. Decorou a sala de música e cinema como fundo do mar e, no cenário do teatro intitulado “Caverna Maravilhosa”, colocou uma lâmpada de Aladim. Porém, nada despertava tanta surpresa quanto a sala de leitura.

Um amplo salão, circulado por vidraças coloridas, que desde 1906 procuram falsificar a Alhambra. Duas dezenas de mesas alegres, acesas no sorriso brasileiro dos potes de barro com flores. Estantes por toda a sala, com os livros arrumados diferente do molde clássico das lombadas militarmente enfileiradas. Os contos de Monteiro Lobato, os livros encantados de Júlio Verne, aqui são galuchos joviais que fogem da forma rígida. Apresentam frontespícios coloridos aos olhares das crianças (O GLOBO, 15/08/1934) (PIMENTA, 2001, p.108).

A maior parte do público do Pavilhão Mourisco era composta por estudantes das escolas das redondezas. “Nos primeiros três meses de existência, possuía cerca de 200 leitores, e no final de 1937, quando a biblioteca foi fechada, cerca de 1500 frequentadores assíduos” (PIMENTA, 2001, p.112).

Para Cecília Meireles, a biblioteca não seria “uma simples reserva de livros catalogados e dados a ler às crianças” (Diário da Noite, 15/08/1934), mas um local de encantamento e de pesquisa, “um órgão cooperador da educação primária” (A Noite, 17/05/1934). “Vamos mudar o nome. Biblioteca diz muito pouco das proporções a que vai atingir a esfera de ação desse departamento. Acho que iremos denominar ‘Centro de Cultura Infantil’. Aqui vai ser o Bureau da Criança, digamos assim” (O Globo, 15/08/1934). (PIMENTA, 2001, p.106).

Além de equipamento de áudio e vídeo, o espaço oferecia acesso a mapas, globos, moedas, selos, álbuns e discos. Entre doações – de particulares e de editoras – e compras – realizadas por Cecília Meireles a partir das obras apontadas pelo Inquérito de Leituras Infantis¹ – a biblioteca dispunha de um acervo com “720 obras, sendo 498 livros didáticos e 222 obras literárias, em prosa e verso, de literatura infantil ou adequada à leitura das crianças, tanto de autores nacionais como traduzidas para o português” (PIMENTA, 2001, p.111). Além disso, Cecília e alguns funcionários da biblioteca criaram também álbuns de gravuras para serem consultados como enciclopédias e organizaram a Gazetinha, um jornal mural de informação diária para as crianças.

O pioneirismo desse empreendimento se resume ao fato dessa biblioteca possuir características antes nunca vistas no Brasil. Na época havia bibliotecas que jamais permitiam a entrada de crianças, outras que somente consentiam o acesso de menores acompanhados dos pais. A biblioteca do Mourisco foi além. Não somente estimulava a frequência de crianças como mantinha os livros ao alcance das mesmas, novidade sequer tentada nas bibliotecas frequentadas por adultos. Outras novidades foram: a inclusão de atividades artísticas e culturais; o empréstimo de livros escolhidos pelos próprios leitores; o fato de ser um espaço público, mantido por verba pública; estar vinculado às atividades escolares, pretendendo ser uma extensão da biblioteca escolar; além de servir de objeto de estudo para professores e pesquisadores da rede municipal e do Departamento de Educação (PIMENTA, 2001, p.117).

Com a demissão de Anísio Teixeira, em 1935, a biblioteca encontrou dificuldades para permanecer existindo. Dois anos depois, em outubro de 1937, em pleno vigor do Estado Novo, o Pavilhão Mourisco foi invadido pelo interventor do Distrito Federal. O fechamento ocorreu pela constatação de que a biblioteca possuía, em seu acervo, um livro com conotações comunistas: “As Aventuras de Tom Sawyer”, de Mark Twain. Mesmo com as argumentações de Cecília de que o livro em questão, além de ser amplamente lido em outros países, foi enviado pela própria Biblioteca Central do Estado, o Centro Cultural foi fechado. Rapidamente, o acervo de livros da biblioteca foi enviado para uma escola pública localizada no bairro da Urca. Infelizmente, o prédio do Mourisco

¹ Com o objetivo de conhecer as preferências de leitura das crianças e o estado das bibliotecas das escolas municipais, o Inquérito de Leituras Infantis foi realizado por Cecília Meireles entre os meses de novembro e dezembro de 1931 e publicada em 1934. Na impossibilidade de incluir todas as escolas de cada distrito, foram escolhidas 24 escolas públicas do Distrito Federal – as que possuíam maior número de alunos, um bom rendimento pedagógico e contavam com bibliotecas bem equipadas – para a aplicação de um questionário composto por doze questões. A pesquisa contou com 1387 respostas – 933 meninas e 454 meninos, com idades ente 7 e 14 anos – e ofereceu um panorama sobre as leituras infantis neste contexto histórico.

transformou-se num ponto de coleta de impostos e, posteriormente, abandonado por vários anos até ser completamente demolido para a construção do Túnel do Pasmado.

Oito décadas depois, é possível perceber que, apesar da breve duração da biblioteca, a experiência da Biblioteca Infantil do Distrito Federal representou um importante passo para a criação de outras bibliotecas infantis em nossa cidade e no país. Por trabalhar com a leitura e o conhecimento numa estrutura de centro cultural, o projeto de Biblioteca Parque se assemelha, em muitos aspectos, à proposta criada por Cecília Meireles.

O conceito da Biblioteca Parque foi construído a partir de experiências e projetos de livro e leitura desenvolvidos na Colômbia: as chamadas *Parque Bibliotecas*, que foram inauguradas em 2006 nas cidades de Medellín e Bogotá. Elas apresentam, além da concepção de leitura democrática e do aparato tecnológico como suporte, uma junção entre biblioteca e parque que objetiva a possibilidade da leitura em ambientes amplos, modernos e bonitos.

Presentes nos bairros cariocas de Manguinhos, Rocinha e Centro, e também na cidade de Niterói, o projeto foi uma iniciativa do Governo Federal e Estadual, através do Programa Mais Cultura e do Plano Nacional de Livro e Leitura (desenvolvido pelos Ministérios da Cultura e da Educação) e da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Com um projeto arquitetônico planejado para crianças, a Biblioteca Parque da Rocinha foi escolhida dentre as outras bibliotecas pela facilidade de acesso e pela possibilidade de a pesquisa acompanhar a implementação de um projeto que intenta a inserção cultural de um grande número de pessoas da classe popular.

Figura 2 – Biblioteca Parque da Rocinha



Fonte: Ribeiro (2012)

Com cinco andares e totalizando uma área de 1,6 mil metros quadrados, a Biblioteca, inaugurada em junho de 2012, está situada na Estrada da Gávea, uma das principais ruas da comunidade, e funciona de terça a domingo, das 10h às 20h.

O primeiro andar conta com um espaço midiático, que conjuga som e imagem. Livros e revistas sobre música e cinema ficam próximos a sofás, dispostos em formato de U e de frente para uma porta de vidro, que pode ser aberta para a rua, em caso de apresentações. A DVDteca dispõe de sete televisões de tela plana com fones de ouvido e poltronas coloridas.

No segundo andar, situa-se o cineteatro, aberto somente em dias de palestras, apresentações, cursos e reuniões da comunidade.

No terceiro andar, há uma grande varanda, denominada de espaço de convivência, onde acontecem aulas de capoeira, ioga, xadrez e saraus. Em seguida, há duas salas multiuso para cursos e o setor de internet, com 48 computadores e 12 notebooks.

No quarto andar, fica a Biblioteca. Com um acervo de cerca de 12 mil títulos, a biblioteca dispõe de estantes de fácil acesso e mesas temáticas que convidam o leitor a interagir com os livros. São organizadas por critérios diversos, entre eles: autor, temática e título. Seu acervo dispõe, ainda, de jornais, de revistas e de gibis. Possui mesas coletivas e poltronas para leitura. Conta com uma bibliotecária para atendimento e realiza empréstimos mediante a apresentação da carteira de sócio.

Anexo à biblioteca, encontra-se a Ludoteca, um espaço infantil que conjuga livros, brinquedos e computadores no mesmo ambiente. Seu acervo conta com um total de quase 3.400 livros infanto-juvenis, organizados em estantes que podem ser acessadas livremente pelas crianças. Observamos que os títulos se dividem entre literatura e informação e que não há livros didáticos. A seleção realizada pela Secretaria de Cultura buscou garantir o mesmo acervo nas diferentes Bibliotecas Parque do Estado. O espaço conta ainda com mesas coletivas e material para desenhar. Estão também disponíveis dois computadores com jogos e Internet. Possui, ainda, jogos de labirinto presos na parede, quebra-cabeças dispostos na estante, circuitos para montar, carros de madeira e móveis de cozinha. Apesar da recomendação do uso deste espaço para crianças até oito anos, é frequente observar crianças mais velhas circulando. Como a Ludoteca também realiza empréstimos aos sócios, mediante a apresentação de carteirinha, os livros passam por um controle de catalogação interna. Organização fundamental para realizar e facilitar consultas, empréstimos e acesso.

Localizados no quinto e último andar da Biblioteca, o Café Literário e a Cozinha Escola não estavam em funcionamento no período da pesquisa (2012-2014). Ao lado desses espaços, há um grande terraço onde acontecem palestras, rodas de capoeira, saraus, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por uma longa tradição, a biblioteca foi sinônimo de espaço para estudo e pesquisa, consolidando-se como um lugar silencioso para ler e buscar informações. Mas será apenas esse o papel da biblioteca? O presente artigo teve como objetivo discutir a biblioteca pública para infância. A partir de um diálogo com o contexto histórico, político e social, dois projetos de livro e leitura foram apresentados: a Biblioteca Infantil do Distrito Federal e a Biblioteca Parque da Rocinha. O primeiro projeto, idealizado e fundado por Cecília Meireles, em 1934, configura-se como a primeira biblioteca pública infantil do Brasil. O segundo, inaugurado em 2012, surge como um centro cultural que privilegia a leitura em diferentes suportes.

Rosa e Oddone (2006) afirmam que, para que haja, de fato, a democratização do livro e da leitura, não basta apenas o acesso ao livro. Fazem-se necessários investimentos sociais na formação de mediadores e na ampliação de espaços que promovam a leitura. Corsino, Pimentel e Fernandes (2011, p.66) contribuem para essa consideração, ao indicarem que, embora a escola seja um espaço privilegiado de produção cultural, socialização de saberes e formação de sujeitos-leitores, a leitura não pode se limitar a essa Instituição visto que essa é “uma prática social que acontece em muitos espaços e a formação do leitor extrapola a formação do estudante”.

Separados por uma trajetória de quase oito décadas, observamos que a biblioteca pública pode e deve ser um espaço de inclusão social e cultural. Ambos os projetos retratam uma biblioteca inovadora, viva, que fomenta o encontro com a palavra escrita, o teatro, a mídia audiovisual e eletrônica. Equipamentos desejados, mas nem sempre acessíveis às classes populares. Um caminho possível para a transformação de um país que ainda apresenta baixos índices de leitura.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Portaria Interministerial nº1.442**, de 10 de agosto de 2006. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2046/> Acesso em: 01. ago. 2020.
- BRASIL. **Lei 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm Acesso em: 01. ago. 2020.
- CALVINO, Italo. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
- CORSINO, Patrícia; PIMENTEL, Claudia; FERNANDES, Mônica Pinheiro. Reflexões sobre políticas de acesso ao livro e à leitura literária em cinco municípios fluminenses. In: **Revista Contemporânea de Educação**. Rio Janeiro: FE/UFRJ, v.6, n.12, p.61-76, ago./dez., 2011.
- DUNLOP, Charles. **O Pavilhão Mourisco**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=pavilhao-mourisco> Acesso em: 01. ago. 2020.
- FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.
- LIMA, Mayumi. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.
- PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.
- PIMENTA, Jussara. Leitura e encantamento: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco. In: NEVES, M.; LÔBO, Y.; MIGNOT, A. (orgs.). **Cecília Meireles: a poética da educação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Loyola, 2001, p.105-119.
- RIBEIRO, Caru. **Biblioteca Parque da Rocinha**. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/biblioteca-publica-da-rocinha> Acesso em: 01. ago. 2020.
- ROSA, Flávia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. In: **Ciência da Informação**, v.35, n.3, 2006, p.183-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a17.pdf> Acesso em: 01. ago. 2020.